

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS – CTIL
Grupo de Trabalho “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos
Hidrelétricos”

RELATÓRIO DO GT

I – INTRODUÇÃO

O GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” foi criado na 90ª Reunião da CTIL, realizada em 1º de março de 2007, com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os arts. 52 e 12, §2º, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

A demanda com relação ao tema foi levantada pela Conselheira Ninon Machado, do Instituto Ipanema, no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH.

Após análise do pedido, a CTPNRH decidiu por encaminhar a demanda para a CTIL, por entender que o tema estaria mais afeto às suas competências de acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a Legislação Nacional de Recursos Hídricos, levantando a possibilidade da realização de uma reunião conjunta, após análise do tema pela CTIL, para apresentação de sugestões e encaminhamentos.

O GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” realizou quatro reuniões:

- a 1ª reunião em 10 de abril de 2007;
- a 2ª reunião em 14 de maio de 2007;
- a 3ª reunião em 10 de setembro de 2007; e
- a 4ª reunião em 19 de fevereiro de 2008.

Na 2ª reunião a Sra. Daniela Marques (MME) entregou a Nota CONJUR/MME nº 080/2007, com a interpretação do art. 52 da Lei nº 9.433, de 1997, a qual foi distribuída aos presentes. A Sra. Martha Sugai (COPEL, representando a ABRH neste GT) distribuiu aos presentes o texto de sua autoria intitulado “*A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos*” onde são apresentados questionamentos relacionados aos arts. 52 e 12, §2º, da Lei nº 9.433, de 1997.

Nesta reunião também foi apontado, por membros do GT, que o subprograma V.2 do PNRH (*Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse para a GIRH*) apresenta no seu escopo básico a avaliação das formas de implementar o artigo 52 da Lei nº 9.433/97, que é uma das macro-diretrizes do PNRH.

Assim o GT decidiu nesta reunião, a partir da Nota CONJUR/MME nº 080/2007 e da nota de esclarecimento da ANA que ainda seria divulgada, elaborar um documento visando responder aos questionamentos do texto da Sra. Martha Sugai e construir a interpretação técnica e jurídica dos arts. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997.

Este documento seria encaminhado à CTIL com a sugestão de que fosse enviado à CTPNRH como contribuição ao processo de detalhamento do subprograma V.2 do PNRH. Caso

houvesse, ao longo do processo de detalhamento deste subprograma, necessidade de esclarecimentos, o GT poderia ser acionado.

Na 3ª reunião iniciaram-se as discussões das respostas às questões apontadas no documento *“A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos”* distribuído na 2ª reunião. Ao final desta reunião ficou combinado que os participantes do GT deveriam enviar as suas sugestões de respostas, por e-mail, para a elaboração do relatório do GT. A partir destas sugestões foi fechada a 1ª Minuta do Relatório do GT, a qual foi disponibilizada aos membros do GT em 08 de novembro de 2007.

Na 4ª reunião foram debatidas as sugestões de respostas apresentadas nesta 1ª Minuta, chegando-se no final da reunião, a um consenso com relação às respostas. O que se discutiu mais uma vez nesta reunião foi o foco do relatório, ressaltando-se que é de apresentar as respostas para as questões selecionadas pelo GT, destacando-se que as questões específicas relacionadas com a integração de projetos setoriais e a articulação intersetorial, para a outorga e a utilização de uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, devem ser objeto de análise por ocasião do detalhamento maior do subprograma *“V.2. Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de Interesse para a GIRH”*, do *“V. Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos”*.

Uma 2ª Minuta do Relatório foi distribuída no dia 27 de fevereiro, com prazo de até 05 de março para críticas e sugestões por parte dos participantes do GT, tendo sido recebidas neste prazo apenas pequenas alterações de redação, que foram incorporadas no relatório, considerando-se assim o relatório aprovado.

No anexo I são relacionados os nomes de participantes de uma ou mais reuniões do GT. No anexo II são apresentadas as memórias das reuniões.

II – BASE LEGAL E INSTITUCIONAL RELEVANTE AO TEMA

De acordo com o art. 20 da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), estão entre os **bens da União**:

“(...) III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais, as praias fluviais; (...)

VIII - os potenciais de energia hidráulica; (...)”.

Incluem-se entre os **bens dos Estados** segundo o art. 26:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; (...)

A CF de 1988, em seu art. 21, inciso XII, estabelece que compete à União:

“XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: (...)

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d’água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; (...)”

Ainda segundo o art. 176 da CF de 1988:

“Art. 176 – (...) os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, (...)

§1º (...) o aproveitamento desses potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, (...)”

Pelo inciso XIX, do art. 21, da CF de 1988, compete a União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem entre seus fundamentos que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (art. 1º, incisos IV e VI).

Entre as diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos consta (art. 3º, inciso IV):

“a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional”.

São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 5º):

“I - os Planos de Recursos Hídricos;

II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - a compensação a municípios;

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.”

A Lei nº 9.433, de 1997, lista, dentre outros usos, como sujeitos à outorga de direitos de uso de recursos hídricos, o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos (art. 12, inciso IV).

Estabelece que toda outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, podendo o Poder Executivo Federal delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União (art. 14, caput e §1º).

Define que a outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e que esta deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso, complementando que a outorga deverá preservar o uso múltiplo da água (art. 13, caput e parágrafo único).

Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos (art. 6º) e serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País (art. 8º).

A Lei nº 9.433, de 1997, define, em seu art. 12, §2º, também que:

“A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica”.

O art. 35 desta Lei define as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, tendo sido dada a seguinte redação para o seu inciso VIII:

“aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo ao Presidente da República, para envio, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional;”

Este inciso VIII foi vetado, conforme consta na Mensagem nº 870, de 06 de agosto de 1997, da Subchefia para Assuntos Jurídicos, da Casa Civil, da Presidência da República, tendo como razão do veto:

*“A aprovação dos Planos Nacionais de Recursos Hídricos por lei implicará a descontinuidade do processo decisório da gestão desses recursos. Isso comprometeria o setor elétrico, pois, **a inclusão ou exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar à reprogramação do todo.***

*Ademais, a manutenção do inciso VIII, do art. 35, desfiguraria o espírito do próprio Projeto, pois este prevê, no inciso III do art. 38, a aprovação dos Planos de Bacia, pelos respectivos Comitês. **A aprovação do Plano Nacional pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é abrangida pelo veto, poderá, sem qualquer prejuízo, constar do regulamento da Lei.***

Por sua vez, o Plano Nacional de Recursos Hídricos deverá ser elaborado em consonância com o PPA-Plano Plurianual, submetido pelo Executivo ao Congresso Nacional.”

A aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH por parte do CNRH foi introduzida na nova redação dada ao inciso IX deste artigo 35:

“acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000)”.

Ainda com relação ao assunto, dentro do “*Título IV – Das Disposições gerais e transitórias*”, o art. 52, da Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que:

“Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica”.

Em 30 de janeiro de 2006, o CNRH, na sua XVII Reunião Extraordinária, aprovou o PNRH. Por meio da resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 08 de março de 2006, segundo os termos do art. 1º, o CNRH aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos composto dos seguintes volumes:

*“I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil;
II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020;
III - Diretrizes;
IV - Programas Nacionais e Metas.”*

O Parágrafo único deste artigo define que o detalhamento operativo dos programas e metas contidos no volume IV deverá ser coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e submetido à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos até 31 de dezembro de 2007. Ainda segundo esta resolução, a cada quatro anos deverá ser procedida a revisão do PNRH, que deverá contemplar os volumes II, III e IV acima citados (art. 3º, caput e §1º).

Por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007, o CNRH aprovou o detalhamento operativo dos Programas I, II, III, IV, V, VI e VII do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos no Volume IV - Programas Nacionais e Metas. O detalhamento operativo dos Programas VIII a XIII deverá ser submetido à aprovação do CNRH até 31 de dezembro de 2008.

Uma das macrodiretrizes do PNRH que foi inserida no escopo do subprograma “V.2. *Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH*”, do “V. *Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos*” é avaliar as formas de implementar o artigo 52 da Lei nº 9.433, de 1997 (pág. 20 e 61 do Volume 4 – Programas Nacionais e Metas).

Dos comandos legais acima transcritos, depreende-se que a Lei nº 9.433, de 1997, condicionou os usos da água por ele contemplados a uma outorga conferida pela autoridade competente, que seria o órgão gestor de recursos hídricos. O aproveitamento de potenciais hidrelétricos também passou a depender dessa outorga de direito de uso de recursos hídricos como se constata do teor do art. 12, IV, da Lei.

Ocorre que os potenciais de energia hidráulica constituem bens de domínio da União e o aproveitamento deste tipo de potencial somente pode ser feito mediante autorização ou

concessão da União, conforme teor do art. 20, inciso VIII; art. 21, inciso XII; e art. 176, caput e §1º, da CF de 1988.

A emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos inicialmente foi atribuída a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL pelo fato desta agência reguladora haver absorvido parte das atribuições do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, quando da sua extinção, de acordo com o art. 31, da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996:

“Art. 31. Serão transferidos para a ANEEL o acervo técnico e patrimonial, as obrigações, os direitos e receitas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. (...)”

§ 2º Ficarão com o Ministério de Minas e Energia, sob a administração temporária da ANEEL, como órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a rede hidrométrica, o acervo técnico e as atividades de hidrologia relativos aos aproveitamentos de energia hidráulica.

§ 3º Os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos e a ANEEL devem se articular para a outorga de concessão de uso de águas em bacias hidrográficas, de que possa resultar a redução da potência firme de potenciais hidráulicos, especialmente os que se encontrem em operação, com obras iniciadas ou por iniciar, mas já concedidas.”

O Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, que constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, em seu art. 4º, define que compete á ANEEL:

“(...) XXVIII - expedir as outorgas dos direitos de uso dos recursos hídricos para fins de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, em harmonia com a Política Nacional de Recursos Hídricos; (...)”

Com a aprovação da Lei nº 9.984, de 2000, que cria a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, essa situação foi alterada, **cabendo a ANA outorgar no caso de rios de domínio da União e, nos outros casos, as respectivas entidades gestoras de recursos hídricos**, conforme mostrado a seguir:

“Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe: (...)”

IV – outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º; (...)”

Art. 7º Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União, a Agência Nacional de

Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, junto à ANA, a prévia obtenção de declaração de reserva de disponibilidade hídrica.

§1º Quando o potencial hidráulico localizar-se em corpo de água de domínio dos Estados ou do Distrito Federal, a declaração de reserva de disponibilidade hídrica será obtida em articulação com a respectiva entidade gestora de recursos hídricos.

§2º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à instituição ou empresa que receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

§3º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica obedecerá ao disposto no art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, e será fornecida em prazos a serem regulamentados por decreto do Presidente da República.”

Ainda por esta Lei foi definido que temporariamente a ANEEL emitiria as declarações de reserva de disponibilidade hídrica conforme exposto no art 26:

"Art. 26. O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contado a partir da data de publicação desta Lei, por meio de decreto do Presidente da República, estabelecerá a estrutura regimental da ANA, determinando sua instalação.

Parágrafo único. O decreto a que se refere o caput estabelecerá regras de caráter transitório, para vigorarem na fase de implementação das atividades da ANA, por prazo não inferior a doze e nem superior a vinte e quatro meses, regulando a emissão temporária, pela ANEEL, das declarações de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o art. 7º.”

Mais recentemente, com a promulgação da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2005, foi atribuída à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, dentre outras atribuições estabelecidas na citada lei, a obtenção da licença prévia ambiental e da declaração de disponibilidade hídrica, necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica selecionados pela empresa (art. 4º, inciso VI).

III – QUESTÕES ANALISADAS E SUAS RESPOSTAS SEGUNDO O GT

1. Como fica a validade do §2º do artigo 12 da Lei nº 9433, de 1997, tendo em vista o veto ao inciso VIII do artigo 35?

A Lei nº 9433, de 1997, estabelece em seu artigo 12, §2º, que *"a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica."*

Já o artigo 35, inciso VIII, definia como competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos *"aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo ao Presidente da República, para envio, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional"* o qual foi vetado.

Ressalte-se que o veto se restringiu à forma de aprovação do PNRH.

Aplica-se, então, o disposto no artigo 35, inciso IX, que dispõe ser competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos *“acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias para cumprimento de suas metas”*.

Logo, extrai-se da leitura do §2º do art. 12 que a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e deverão obedecer a disciplina da legislação setorial específica.

2. Há necessidade de regulamentação do PNRH tendo em vista o veto ao inciso VIII do art. 35? Se sim, como?

Não. Como já dito, o artigo 35, inciso VIII, da Lei nº 9433, de 1997, definia como competência do CNRH a aprovação do PNRH, para que posteriormente o mesmo fosse encaminhado ao Presidente da República, para que este enviasse ao Congresso Nacional projeto de lei. Porém, tal inciso foi objeto de veto, restando prejudicado o dispositivo do art. 52 que fala em regulamentação do PNRH.

O PNRH aprovado em janeiro de 2006 apresenta diretrizes que consolidam os preceitos de suas estratégias. Estas diretrizes representam instruções condutoras do estabelecimento das ações programáticas e programas para atingir os objetivos pretendidos com o Plano (pág 11 do Volume 3 – Diretrizes).

Os programas do PNRH são apresentados no volume 4 – Programas Nacionais e Metas também aprovado em janeiro de 2006. O detalhamento operativo dos Programas I, II, III, IV, V, VI e VII do PNRH foi aprovado pelo CNRH por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007. Para a sua implementação há a necessidade de um maior detalhamento.

Assim, além da aprovação pelo CNRH em janeiro de 2006, podemos afirmar que o PNRH deverá ser revisado periodicamente e ter seus programas detalhados, não cabendo falar em regulamentação.

3. Qual o real significado de "a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos"?

Significa que deverá estar subordinada aos objetivos e macro-diretrizes do PNRH.

4. O PNRH deve apresentar a lista dos aproveitamentos em operação e dos futuros dentro do horizonte do PNRH, tendo em vista uma das justificativas do veto ao inciso VIII de que a "inclusão ou exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar à reprogramação do todo"?

Não, visto que o PNRH será atualizado a cada quatro anos, enquanto que as necessidades do planejamento energético exigem revisão das listas de aproveitamentos anualmente.

5. O art. 52 é uma disposição transitória? Se sim, no âmbito do PNRH a preocupação não deveria ser com o detalhamento do PNRH em vez de avaliar as formas de implementação do art. 52?

Sim, trata-se de uma disposição transitória, ou seja, uma norma jurídica de vigência condicionada à permanência das causas que a geraram. Cessada a causa do dispositivo transitório, ficam exauridos seus efeitos práticos.

Logo, em resposta ao segundo questionamento apresentado, concordamos com a afirmação de que no âmbito do PNRH a preocupação deveria se centrar no detalhamento do Plano em si e não propriamente na avaliação das formas de implementação do art. 52, eis que tal dispositivo legal apresenta-se inócuo, tendo já cumprido a sua função legal de disciplinar as questões transitórias advindas com a publicação da Lei nº 9.433, de 1997.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DE UMA OU MAIS REUNIÕES DO GT, POR ENTIDADE:

ABRH: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);
ABRH: Martha R. von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com) - coordenadora;
ABIAPE: Adriana Coli (adriana@abiape.com.br);
ABIAPE: Rafaella Monsã de Sales Dias (rafaella@abiape.com.br);
ABIAPE: Vinicius Pereira Calhau (vinicius@abiape.com.br);
ANA: Marcos Airton de Sousa Freitas (masfreitas@ana.gov.br);
ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lobes@ana.gov.br);
ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);
COPODHEMFE: João Clímaco (climaco@uai.com.br);
COPEL: Rejane Mara Sampaio D'Almeida (rejane@copel.com);
ECODATA/Consórcio de Usuários DERH: Daniela Pinto (daniela@ecodata.org.br);
Elabore Consultoria: Aluizio de Araújo Couto Júnior (aluizio.couto@elabore.com.br);
Elabore Consultoria: Evinny Araújo (evinny.araujo@elabore.com.br);
Elabore - Consultoria Ambiental: Thaís Xavier Margalho (thais.margalho@elabore.com.br);
EPE: Erika Borba Breyer (erika.breyer@epe.gov.br);
EPE: Talita de Oliveira Porto (talita.porto@epe.gov.br);
IGAM-Minas Gerais: Breno Esteves Lasmar (breno.lasmar@igam.mg.gov.br);
Instituto Ipanema/FBOMS: Ninon Machado Leme Franco (ninon@institutoipanema.net);
MD: Luiz Gustavo Couto C. Evelyn Soares (adj.3.saei-1@hotmail.com);
MMA/SRHU: Marco José Melo Neves (marco-jose.neves@mma.gov.br);
MMA/SRHU: Percy Soares Neto (percy.neto@mma.gov.br);
MMA/SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br);
MME: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br);
MME: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
MME: Daniela Marques (daniela.marques@mme.gov.br);
MME: Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br);
MME: Marina G. B. Scalon (marina.scalon@mme.gov.br);
MME: Mauro Henrique Moreira Sousa (mauro.sousa@mme.gov.br);
MPOG/SPI: Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva (marcos.silva@planejamento.gov.br);
Pinheiro Pedro Adv.-Consultoria Jurídica: Simone Paschoal Nogueira (simone@pinheiropedro.com.br);
Secretaria Executiva do CNRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br);
Secretaria Executiva do CNRH: Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br);
SRH/BA: Luis Vinicius de Aragão Costa (luis.aragao@srh.ba.gov.br).

ANEXO II

**MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DO GRUPO DE TRABALHO “APLICAÇÃO DAS
DIRETRIZES DO PNRH AOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS” DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL**

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO

Data: 10 de abril de 2007 (09h00)

Local: Sala 406 do Edifício Sede da CODEVASF, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- MME: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- MME: Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br);
- ABIAPE: Vinicius Calhau (vinicius@abiape.com.br);
- ANA: Marcos Airton de Sousa Freitas (masfreitas@ana.gov.br);
- MME: Marina G. B. Scalon (marina.scalon@mme.gov.br);
- MME: Daniela Marques (daniela.marques@mme.gov.br);
- ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
- ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);
- ECODATA/Consórcio de Usuários DERH: Daniela Pinto (daniela@ecodata.org.br);
- MME: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br);
- SRH/MMA: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Secretaria Executiva do CNRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 09h00, do dia 10 de abril de 2007, teve início a 1ª Reunião do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, criado na 90ª Reunião da CTIL “com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997” (minuta da Ata da 90ª Reunião da CTIL). Primeiramente, o Sr. Marco Amorim (Sec. Executiva) justificou a ausência da Sra. Ninon Machado em virtude da inviabilização do deslocamento dela para Brasília-DF. Em seguida leu o trecho referente ao item 6 da minuta da Ata da 90ª Reunião da CTIL. O Sr. Eduardo Madeira (MME) lembrou que a CTPNRH entendeu que tratava-se de um assunto de ordenamento jurídico, e por isto, encaminhou a matéria para apreciação da CTIL. Os representantes do MME manifestaram o entendimento de que há uma divisão de responsabilidades entre a outorga pelo uso do potencial elétrico (emitida pelo MME) vinculada a legislação setorial específica e a outorga pelo uso da água (emitida pela ANA ou órgãos estaduais de RH) em acordo com as diretrizes do PNRH. Fundamentaram que, visto o comprometimento e a participação do setor elétrico em todas as fases de elaboração e implementação do PNRH, estaria implícito o condicionante de que este segmento respeitaria as diretrizes estabelecidas. Os participantes solicitaram que a Sra. Ninon Machado apresentasse formalmente, e de maneira objetiva, quais seriam as preocupações das ONG's no que se refere a interpretação dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97 e solicitaram também uma respectiva proposta de regulamentação. Com relação ao art. 52, os participantes discutiram se, com a aprovação e regulamentação do PNRH por Resolução do CNRH, seria possível uma revogação da legislação setorial específica. Entretanto, o entendimento foi que tal interpretação poderia ser dada caso o PNRH tivesse sido aprovado por lei, conforme preconizava o inc. VIII do art. 35 do projeto de lei que resultou na 9.433/97. Como este inciso foi vetado, interpreta-se que com o advento do PNRH teria sido estabelecido um condicionante adicional de planejamento que também deverá ser observado. Os representantes da ANA informaram que encontra-se em fase final de elaboração uma nota de esclarecimento da Agência que contribuirá para a consolidação dos entendimentos destes artigos da Lei nº 9.433/97. Por sua vez, os representantes do MME se comprometeram em viabilizar e trazer ao conhecimento do GT a interpretação do segmento quanto ao art. 52 da Lei nº 9.433/97. O Sr. Maurício Vasconcelos (ANA) foi escolhido o Coordenador do GT. Os encaminhamentos da reunião foram: i) Sec. Executiva: solicitar a Sra. Ninon Machado que apresente formalmente, e de maneira objetiva, quais as preocupações das ONG's em relação a interpretação dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97 e também uma respectiva proposta de regulamentação; ii) Sr. Maurício Vasconcellos (ANA): assim que aprovada pela Diretoria Colegiada da ANA, disponibilizar ao GT a nota de esclarecimento da Agência quanto aos entendimentos dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97; iii) Sra. Daniela Marques (MME): fazer chegar ao GT a interpretação do MME quanto ao art. 52 da Lei nº 9.433/97; iv) Sec. Executiva: disponibilizar aos participantes as informações dos itens anteriores antes da próxima reunião do GT. Às 11h00 os trabalhos foram encerrados.

Maurício Vasconcellos
Coordenador

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO

Data: 14 de maio de 2007 (16h15)

Local: Auditório da SRU/MMA, 4º andar do Edifício Sede da CODEVASF, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Instituto Ipanema/FBOMS: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@institutopianema.net);
- COPEL: Martha R. Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
- SRH/MMA: Percy Soares Neto (percy.neto@mma.gov.br);
- MME: Marina G. B. Scalón (marina.scalon@mme.gov.br);
- ANA: Marcos Airton de Sousa Freitas (masfreitas@ana.gov.br);
- MME: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- SRH/MMA: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
- ABIAPE: Rafaella Monsã de Sales Dias (rafaella@abiape.com.br);
- ABIAPE: Vinicius Pereira Calhau (vinicius@abiape.com.br);
- Elabore - Consultoria Ambiental: Thaís Xavier Margalho (thais.margalho@elabore.com.br);
- ABRH: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);
- SRH/MMA: Marco José Melo Neves (marco-jose.neves@mma.gov.br);
- MME: Daniela Marques (daniela.marques@mme.gov.br);
- Secretaria Executiva do CNRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 16h15, do dia 14 de maio de 2007, teve início a 2ª Reunião do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, criado na 90ª Reunião da CTIL “com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997” (minuta da Ata da 90ª Reunião da CTIL). Primeiramente, a Sr. Ninon Machado (Instituto Ipanema) disse que na 90ª CTIL teria sido acordado que a coordenação do GT ficaria a cargo da ABRH. Por isto, com entendimento dos presentes, a coordenação do GT passou a ser exercida pela Sra. Martha Sugai em substituição ao Sr. Maurício Vasconcellos (ANA). Posteriormente, o Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) resgatou que, embora a temática do GT tivesse sido amplamente discutida na última reunião, a discussão foi prejudicada pela ausência da Sra. Ninon Machado (Instituto Ipanema) e pela ausência de uma apresentação objetiva do que se pretende regulamentar. Em seguida, acrescentou que a nota de esclarecimento quanto aos entendimentos da ANA aos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97 estaria em fase final de elaboração e que esperava divulgá-la antes da próxima reunião do GT. A Sra. Daniela Marques (MME) entregou a Nota CONJUR/MME nº 080/2007 com a interpretação do MME do art. 52 da Lei 9.433/97, a qual foi distribuída aos presentes. A Sra. Martha Sugai (COPEL) distribuiu aos presentes o texto de sua autoria intitulado “*A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos*” onde encontra-se questionamentos relacionados ao art. 52 da Lei nº 9.433/97. Foi apontado, por membros do GT, que o sub-programa 5.2 do PNRH (*compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse para a GIRH*) apresenta como uma das suas macro-diretrizes *avaliar as formas de implementar o artigo 52 da Lei nº 9.433/97*. A partir desta observação, como encaminhamento, o GT decidiu, a partir da Nota CONJUR/MME nº 080/2007 e da nota de esclarecimento da ANA, elaborar um documento visando responder aos questionamentos do texto da Sra. Martha Sugai (COPEL) e construir a interpretação técnica e jurídica dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997. Este futuro documento seria encaminhado à CTIL com a sugestão de que fosse enviado à CTPNRH como contribuição ao processo de detalhamento do sub-programa 5.2 do PNRH. Caso houvesse, ao longo do processo de detalhamento deste sub-programa, necessidade de esclarecimentos, o GT poderia ser acionado. Fazem parte desta memória Nota CONJUR/MME nº 080/2007 e o texto “*A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos*”. Às 18h00 os trabalhos foram encerrados.

Martha Sugai
Coordenadora

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO

Data: 10 de setembro de 2007 (14h30)

Local: Auditório da SRHU/MMA, 4º andar do Edifício Sede da CODEVASF, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Rejane Mara Sampaio D'Almeida - COPEL (rejane@copel.com);
- Martha Regina Von Borstel Sugai - ABRH (martha.sugai@copel.com);
- Simone Paschoal Nogueira - Pinheiro Pedro Adv.-Consultoria Jurídica (simone@pinheiropedro.com.br);
- Christian André Haddad Govastki - MME (christian.govastki@mme.gov.br);
- Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos - ANA (mauricio.lopes@ana.gov.br);
- Eduardo de F. Madeira - MME (madeira@mme.gov.br);
- Erika Borba Breyer - Empresa de Pesquisa Energética (erika.breyer@epe.gov.br);
- Mauro Henrique Moreira Sousa - MME (mauro.sousa@mme.gov.br);
- Ninon Machado de Faria Leme Franco - Instituto Ipanema (ninon@institutoipanema.net);
- Vinicius Calhau - ABIAPÉ (vinicius@abiape.com.br);
- Adriana Coli - ABIAPÉ (adriana@abiape.com.br);
- Talita de Oliveira Porto - Empresa de Pesquisa Energética (talita.porto@epe.gov.br);
- Andrea Figueiredo - MME (andrea@mme.gov.br);
- Aluízio de Araújo Couto Júnior - Elabore Consultoria (aluizio.couto@elabore.com.br);
- João Clímaco - COPODHEMFE (climaco@uai.com.br);
- Marco Antônio Amorim - Secretaria Executiva do CNRH (marco.amorim@mma.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 14h30, do dia 10 de setembro de 2007, sob a coordenação da Sra. Martha Sugai, teve início a 3ª Reunião do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, criado na 90ª Reunião da CTIL “com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997” (Ata da 90ª Reunião da CTIL). Inicialmente foi distribuída uma nova versão do documento intitulado “*A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos*” no qual a Coordenadora começou a minutar as respostas das questões ali existentes com base (i) na Nota CONJUR/MME nº 080/2007 sobre a “Interpretação do art. 52, da Lei 9.433/97, a qual institui a Política Nacional de Recursos Hídricos” e (ii) nas respostas encaminhadas pela Coordenadoria de Direito Público da Diretoria Jurídica da COPEL. Na sequência, foi distribuída um documento trazido pelo Sr. Maurício de Vasconcelos, da ANA, com subsídios para a preparação das respostas, o qual foi lido e debatido. Passou-se então a discutir as respostas para as questões. Ao final, ficou combinado que o Sr. Marco Amorim, da Secretaria Executiva do CNRH, encaminharia, por e-mail, o documento com a minuta das respostas para que os participantes do GT enviassem suas contribuições até o dia 19 de setembro de 2007 para o e-mail martha.sugai@copel.com. A Coordenadora do GT irá consensá-las num único documento, o qual será compartilhado com os demais participantes do GT. Às 17h30 os trabalhos foram encerrados.

Martha Sugai
Coordenadora

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO

Data: 19 de fevereiro de 2008 (14h30)

Local: Auditório da SRHU/MMA, 4º andar do Edifício Sede da CODEVASF, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- ABRH: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br);
- ABRH: Martha R. von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
- ABIAPE: Vinicius Pereira Calhau (vinicius@abiape.com.br);
- ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);
- COPODHENFE: João Clímaco (climaco@uai.com.br);
- ECODATA/Consórcio de Usuários DERH: Daniela Pinto (daniela@ecodata.org.br);
- Elabore Consultoria: Evinny Araújo (evinny.araujo@elabore.com.br);
- Elabore Consultoria: Thaís Xavier Margalho (thais.margalho@elabore.com.br);
- EPE: Erika Borba Breyer (erika.breyer@epe.gov.br);
- EPE: Talita de Oliveira Porto (talita.porto@epe.gov.br);
- IGAM: Breno Esteves Lasmar (breno.lasmar@igam.mg.gov.br);
- Instituto Ipanema/FBOMS: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@institutoipanema.net);
- MD: Luiz Gustavo Couto C. Evelyn Soares (adj.3.saei-1@hotmail.com);
- MMA/SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- MME: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br);
- MME: Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br);
- MME: Mauro Henrique Moreira Sousa (mauro.sousa@mme.gov.br);
- MPOG/SPI: Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva (marcos.silva@planejamento.gov.br);
- SRH/BA: Luis Vinicius de Aragão Costa (luis.aragao@srh.ba.gov.br);
- Secretaria Executiva do CNRH: Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br).

MEMÓRIA:

Às 14h30, do dia 19 de fevereiro de 2008, sob a coordenação da Sra. Martha Sugai, teve início a 4ª Reunião do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, criado na 90ª Reunião da CTIL “com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997” (Ata da 90ª Reunião da CTIL). Inicialmente foi realizada uma apresentação dos presentes e na sequência passou-se a discutir a 1ª Minuta do Relatório do GT. Foram sugeridas pequenas alterações de conteúdo para os itens “I - Introdução” e “2 - Base legal e institucional relevante ao tema” do documento. Quando se passou ao item “III - Questões analisadas e suas respostas segundo o GT” houve um grande debate com relação às propostas de respostas apresentadas nesta 1ª Minuta. No final da reunião chegou-se a um consenso com relação à redação das respostas. O documento acordado na reunião passará por uma revisão por parte da coordenadora, que, até o dia 26 de fevereiro de 2008, o encaminhará aos demais membros de GT, que então terão uma semana de prazo para propor os ajustes finais. Após a consolidação dos ajustes, o documento será encaminhado à CTIL com a sugestão de inclusão na pauta de sua próxima reunião. O que se discutiu mais uma vez nesta reunião foi o foco do relatório que é de apresentar as respostas para as questões selecionadas pelo GT, ressaltando-se que as questões específicas relacionadas com a integração de projetos setoriais e a articulação intersetorial, para a outorga e uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, devem ser objeto de análise por ocasião do detalhamento maior do subprograma “V.2. Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse para a GIRH”, do “V. Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos”. Às 17h20 os trabalhos foram encerrados.

Martha Sugai
Coordenadora